

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 687/2021/CEL/SUPLE/RO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036.381712/2021-44

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SANTISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.018.319/0001-32, estabelecida em Ji-Paraná/RO, sito a Rua Pedro Teixeira, n. 1648, bairro Casa Preta, por seu representante legal, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar as suas CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto por ARAÚNA COMÉRCIO LTDA, pelos motivos e fundamentos que passa a aduzir:

#### Dos Fatos

A Recorrida é empresa especializada em nutrição, alimentação escolar, hospitalar, industrial e prisional, conforme noticiam os documentos de constituição e de habilitação técnica.

Com efeito, participou do certame denominado de Pregão Eletrônico nº 687/2022 do Processo Administrativo nº 0036.381712/2021-44.

Nessa oportunidade em que responde ao recurso retro citado, é importante ressaltar que a Sra. Pregoeira, após criteriosa análise, aceitou a proposta da ora recorrida, bem como habilitou-a, declarando-a vencedora do certame. Desta decisão foi interposto o recurso que ora passa a responder.

#### Das Contrarrazões ao Recurso da Empresa ARAÚNA COMÉRCIO LTDA

A recorrente aduz no seu recurso que a recorrida não atendeu as seguintes exigências editalícias:

"Ficou claro que a empresa não enviou documentos exigidos pela Legislação em tempo hábil, não foi demonstrado que possui efetiva condições de EPP (pelo contrário, foi retirado um sócio no decorrer do certame), não foi enviado declaração exigida."

Pois bem, a recorrida irá rebater pontualmente um a um as razões recursais da recorrente.

#### I. Não apresentou a Proposta Comercial conforme Modelo disponibilizado pela SUPEL.

A bem da verdade, a recorrente sequer sabe o que pretende questionar, porque inicialmente menciona O MODELO DA PROPOSTA, para depois afirmar que não foi colocado nenhum custo sobre a mão de obra, o que efetivamente não é verdade.

Apenas para iniciar a demonstração da total falta de fundamentação do referido recurso, informamos que a Proposta Comercial faz parte do rol taxativo de documentação e está inserido no sistema comprasnet deste Pregão Eletrônico e fora regularmente apresentada na oportunidade e momento próprio, estando à disposição do aqui recorrente para quaisquer consultas.

Após inserir de cabulhada manifestações jurídicas, quer seja do TCU, STJ e ilustres juristas, todas com a nítida intenção de confundir ao invés de demonstrar o erro, escreve a recorrente:

"Assim sendo, os documentos complementares passíveis de envio após a etapa de lances não devem ser confundidos com aqueles que deveriam ser enviados antes da abertura da sessão pública, restando claro no edital que a Desclassificação seria a consequência do não envio dos anexos em momento oportuno.

Ocorre que a empresa habilitada teve sua proposta aceita sem qualquer composição de custos apresentada, ainda que conste a obrigação em Edital e na Legislação, para contratação que envolvam mão de obra a composição de custos é inerente ao objeto, pois é a partir dela que poderá verificar a exequibilidade e posteriormente as eventuais repactuações." (grifo nosso)

Eis aí o início de todo o equívoco deste recurso, não se trata de contratação de mão de obra – o que a recorrente faz em todo o país – mas sim aquisição de refeição pronta, senão vejamos do que trata o objeto do Pregão em comento:

"OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação hospitalar pronta por meio de fornecimento contínuo destinado a Pacientes (Adultos e Infantis), Acompanhantes legalmente instituídos, servidores e demais comensais, visando o fornecimento de dietas de rotina ou especiais,....."

E por derradeiro, em seu desarrazoado recurso, exige que o modelo de planilha, se não for seguido a risca, inclusive sendo em excel, deverá ser desclassificada a disputante.

O que a SUPEL apresentou para que os disputantes se baseassem, foi um modelo de planilha, para dimensionar os valores e aferir a viabilidade mínima da proposta.

Aliás, o papel da planilha é de tal protagonismo que, caso houvesse algum erro, podendo ser sanado, ela sequer é item que desclassifica o licitante.

Caso fosse Contratação de Mão de Obra para confecção de alimentação, a planilha seria outra. Não é o caso.

Muito ao contrário, neste tipo de aquisição, utiliza-se o IPCA como fator de reajuste do contrato e não repactuação de preços, com percentual de reajuste sobre mão de obra, ou quaisquer outros insumos, a não ser somente percentual de IPCA sobre o valor final proposto e praticado durante o período mínimo de 1 ano.

Tanto é verdade, que a Sra. Pregoeira, após vários dias de análise das planilhas, aceitou essas, dando andamento ao próximo evento, que se trata da documentação de habilitação.

#### II. NÃO APRESENTOU DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM EDITAL

Inicia a recorrente:

"13.14. As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas."  
O Edital trás entre suas exigências a Declaração que não há entre representantes da empresa Servidor Público;"

A recorrente demonstra absoluto desconhecimento do Edital, ou age de má fé, na tentativa de procrastinar este certame, pois vejamos o que o Edital trás em seu item 11:

#### 11. – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Vamos apenas, e tão somente por amor ao debate, imaginar que a recorrente tenha se equivocado quanto ao item mencionado. Como as Declarações exigidas pelo Edital se encontram no item 13 e seguintes, fizemos uma varredura para confirmar a afirmação dessa disputante.

Novamente, a recorrente se refere a "não percepção" da referida declaração.

Provavelmente porque o Edital não exigiu esta declaração!

A empresa Araújo, mais uma vez, usa de subterfúgios para tentar desclassificar esta recorrida fazendo uma insinuação falsa.

Vejamos o que trata o item 8.3 do Edital:

"8.3. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

Não podemos crer que esta recorrente seja ingênua a ponto de não saber para que serve o Termo de Referência.

Ele se presta a evidenciar e exigir as condições específicas do fornecimento que o órgão deseja, no caso a SESAU.

E é por isso que existe este item 8.3. Qualquer equívoco entre Edital e OBJETO discriminado no Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência. Somente neste momento, o Termo se sobressai ao Edital.

Quanto a quaisquer outras exigências é o Edital que deve ser obedecido.

O Edital não exige tal Declaração.

Ainda mais, o Edital informa que nenhuma empresa que possua em seus quadros funcionário público, poderá participar desta licitação. Vejamos:

"5.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

5.5. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

5.5.1. Servidor ou dirigente de órgão ou Entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93. 5.5.2. É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Conforme preceitua artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92."

Logo, as disputantes preencham este requisito e a Sra. Pregoeira, acertadamente, não fez menção a Declaração, por entender desnecessária.

Caso alguma empresa descumpra esta vedação, incorrerá nas sanções previstas no Edital.

A recorrente gostaria de declarar que algum dos sócios da empresa recorrida porventura é funcionário público, ou apenas se limitará ao que fez em todo o seu recurso, lançar insinuações?

#### III. NÃO COMPROVOU A CONDIÇÃO DE EPP

Já demonstramos o Modus Operandi da recorrente, que é insinuar alguma falha na documentação da recorrida, sem, no entanto, apontá-la com clareza. Porém, neste caso, eles se aprimoraram muito. Usaram várias laudas, vasculharam a vida pessoal dos sócios, na intenção de fazer a Sra. Pregoeira acreditar que poderia haver algo de incoerente, no porte da empresa Gêneros Alimentícios Santista Ltda.

Mais uma vez não afirma categoricamente nada, apenas dizem que deve ser investigado. A bem da verdade este recurso sequer deveria ter sido admitido e se o foi, devemos parabenizar a Sra. Pregoeira, que concedeu a possibilidade de recurso ao irrisignado derrotado, mesmo este não tendo apresentado sua intenção de recorrer de forma clara e motivada, o que continua neste recurso. Isso demonstra a lisura e isonomia com que todos os disputantes são tratados pela equipe técnica da SUPEL. Vejamos as afirmações 'categóricas' da recorrente:

"Como os sócios detêm controle de grande quantidade de empresa é necessário a apuração do faturamento global das empresas coligadas, para isso se torna crucial a apresentação das seguintes informações ECD, ECF, DCTF e DRE referente ao ano fiscal de 2021.

Outro ponto que chama atenção é que ao participar do pregão 687/2021 no dia 28/06/2022 em empresa habilitada apresentou contrato social que demonstrava a participação do Sr. Argeu Edgar Leite com 85% das cotas e a Sra. Jakeline Santana Maffra com 15% das cotas e após a abertura do certame no dia 18/07/2022 houve alteração contratual e o Sr. Argeu Edgar Leite assumiu 100% das cotas, ocorre que na data do certame a Sra. Jakeline Santana Maffra fazia parte da sociedade com mais de 10% das cotas e ainda constava como sócia administradora, portanto todas empresas que a Sra. Jakeline Santana Maffra faz parte deverá ser somada a receita global para fins de apuração do limite imposto pela Lei 123/2006.

A retirada de sócio do quadro pode ser um indicio no qual aponta que o faturamento do grupo pode ser maior que o permitido, portanto, é imprescindível que através de dados oficiais apurar o faturamento global do grupo."

De todas as ilações e insinuações lançadas no recurso, quanto ao porte da recorrida, devemos nos ater ao que a Lei Complementar 123/2006 determina:

#### CAPÍTULO II

##### DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, afixa, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).  
II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito  
§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

Primeiramente, vamos transcrever o sítio que qualquer cidadão pode acessar, para verificar a condição de qualquer empresa deste país.

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>

Ali se verifica claramente que a empresa Gêneros Alimentícios Santista Ltda esta na condição de Simples Nacional, o que permitiu que firmasse a declaração que a recorrente contesta.

Em seguida, vamos a legislação que trata da exclusão, a seguir:

A exclusão do Simples Nacional será feita de ofício ou mediante comunicação da empresa, na forma determinada pela Resolução CGSN nº 140/2018.

Na hipótese da exclusão de ofício, será expedido termo de exclusão e o contribuinte será comunicado da exclusão nos termos do Processo Administrativo Fiscal. Resolução CGSN nº 140/2018, art. 81.

Observe que a exclusão será feita automaticamente pela RFB, independente da vontade do contribuinte, em grande parte dos casos.

Segundo,

A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação obrigatória da ME ou da EPP, dar-se-á quando a receita bruta acumulada ultrapassar, em cada ano calendário, o limite de R\$ 4.800.000,00, relativamente às vendas, hipótese em que a exclusão deverá ser comunicada:

- a) Até o último dia útil do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (...) de um dos limites supramencionados, produzindo efeitos a partir do mês subsequente ao do excesso;
- b) Até o último dia do mês de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% um dos limites supramencionados, produzindo efeitos a partir do ano-calendário subsequente ao do excesso.

Então, de tudo o que a recorrente escreveu, temos que deverão ser somado os faturamentos anuais das empresas que os sócios pertençam e que possuam mais de 10% (dez por cento) do capital social das mesmas. Pura e tão somente isso, apesar da verborragia da recorrente.

Iniciamos com a empresa ECOVIDA, na qual o Sr. Argeu Edgar Leite possui capital de R\$ 31.525,51, que perfazem aproximadamente 1,8% do capital Social. Esta empresa nunca entrou em atividade e nenhum faturamento, consequentemente. Mesmo que tivesse, o percentual de capital social do Sr. Argeu Edgar Leite, seria inferior a 10%, que a Lei Complementar determina, já transcrita acima.

Argeu Edgar Leite, na época do início da licitação possuía 85% do capital social da empresa recorrida. Hoje possui 100%, mas deve ser considerado apenas os 85%, pois na época, a Sra. Jakeline Sant'Ana Maffra possuía 15% de capital.

O Balanço Patrimonial da recorrida apresenta o total de R\$ 3.204.022,05 conforme se verifica na página 4 do Balanço apresentado neste Certame Licitatório;

A Sra. Jakeline participa de outras duas empresas quais sejam:

Empório Gusto EIRELI ME que tem total de faturamento ano base 2021 R\$ 464.790,86

L S Comércio de /armas e Munições Ltda – matriz e filial - com faturamento 2021 de R\$ 1.039.049,14

Portanto, perfazem o total de R\$ 4.707.862,05, valor inferior ao limite estabelecido pela RFB para as empresas permanecerem no Simples Federal.

Todas estas informações se encontram a disposição na JUCER, onde se faz o arquivamento e registro de livros e balanço.

Quanto a insinuação que a saída da sócia Jakeline Sant'Ana Maffra em data posterior ao início da licitação, temos a declarar que não chegou ao conhecimento desta disputante a proibição de entrada ou saída de sócios nas empresas brasileiras, em qualquer data dos doze meses do ano. Talvez isso seja uma norma na empresa Araúna Comércio Ltda, não existindo impedimento legal.

A recorrente não vislumbrou o que seria muito mais lógico, em virtude dos faturamentos das empresas que a Sra. Jakeline Sant'Ana Maffra é sócia majoritária ou em igualdade de condições.

Sua saída da recorrida pode simplesmente significar que, com a vitória que se avizinha neste Certame Licitatório, a empresa recorrida será alçada a outro porte, o que faria com que as outras empresas da Sra. Jakeline se desenquadrassem do Simples Federal, conforme a legislação.

Muito ao contrário de querer fraudar uma licitação, isto demonstra a seriedade fiscal com que tanto a recorrida, quanto as outras empresas mencionadas no treslucado recurso, cuidam de sua contabilidade.

Finalmente, observe-se a evidência da má fé da empresa ora recorrente, que em um primeiro momento afirma não existir custo de mão de obra nas planilhas apresentadas facilmente comprovada a existência num exame das mesmas, inserida no sistema desde o momento primeiro deste Pregão.

Agora, no seguinte questionamento, afirma não estar completa a Documentação de Habilitação, alegando a falta de

uma declaração não solicitada. Termina por tentar fazer crer que a Recorrida teria feito declaração falsa, quanto ao seu Porte.

Todos os questionamentos tem o objetivo único de trazer confusão a análise da documentação da empresa ora recorrida e, procrastinar o deslinde do feito, com evidente prejuízo ao órgão contratante, quicá até a população atendida pelos Hospitais Regional de Cacoal e HEURO, com consequências imprevisíveis, porém de difícil reparação.

Transcrevemos agora o Decreto 5.450/05, que trata do Pregão Eletrônico, em seu artigo ref. os recursos, a saber: Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1o A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2o O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Como se pode verificar, até na hora de apresentar sua intenção de recurso, o licitante deve se manifestar de forma motivada, ou seja, apresentar o motivo de sua intenção, sob pena de decadência do direito, daquele que não o fizer.

É hábito dos Srs. Pregoeiros aceitarem todas as intenções de recurso informadas, para não cercear o direito de qualquer disputante, como o fez acertadamente a Sra. Pregoeira deste certame, no caso em tela.

Entretanto, se a própria Lei considera que a intenção de recurso deve ser motivada, o que se falar do recurso em si?

Não existe modelo formal para a redação do recurso e nem precisa ser elaborado por advogado, porém, deve conter a decisão ou ato que está sendo questionado e por que ele não é correto.

Não foi o que se viu no recurso da recorrente. Lançou em sua peça uma série de inverdades quanto a falta de custo nas planilhas apresentadas porém, o que qualquer cidadão pode verificar, fazem parte do rol de documentos anexados ao sistema.

Da mesma forma, em seus motivos (?) seguintes, em nenhum momento apontou claramente onde estava a incorreção. Limitou-se a transcorrer longamente sobre o assunto, deixando ao sabor da interpretação do leitor, o que pretendia.

A Objetividade do julgamento nos procedimentos licitatórios impede, de forma expressa, a desclassificação de propostas por quesitos subjetivos que não tenham sido apontados com exatidão nas peças recursais.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Sra. Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

Na realidade o que o recorrente buscou nas razões recursais foi colocar em dúvida a honestidade da empresa sem no entanto, apontar base técnica suficiente à desnaturar os documentos apresentados.

O inconformismo do recorrente excede as exigências legais e editalícias, eis que, as supostas não conformidades que alude, não compreendem nenhuma das formalidades objetivas previstas na lei e no edital.

Não cumpre a autoridade administrativa no exame da documentação editalícia, notadamente quanto a comprovação da qualificação econômico-financeira, extrapolar os limites da lei e do próprio edital, que é o que quer o recorrente, eis que adentra em seara irrelevante para o deslinde do certame licitatório.

Entender diferente é violar os princípios norteadores dos atos da administração pública, o ato jurídico perfeito e os princípios constitucionais que regem o devido processo legal, vejamos:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte."

É exatamente o que pugna o recorrente e, por estas razões, arrimado nos fundamentos retro expendidos, deve ser negado totalmente o provimento ao recurso.

Finalmente, deve-se observar que a recorrente participou do certame licitatório em comento, sendo-lhe facultada a possibilidade de ofertar lances e o fez, ficando ao final da etapa de lances em terceiro lugar, com valor muito acima de dois disputantes. Ou seja, a proposta da agravante representa economia cofres públicos, demonstrando assim que o certame licitatório atingiu sua finalidade primordial que é a obtenção do contrato mais vantajoso à administração pública!

Ademais, este Pregão foi do tipo MENOR PREÇO, não de melhor balanço, sequer melhor planilha ou melhor declaração. O Interesse do estado é adquirir a melhor alimentação aos pacientes e acompanhantes dos hospitais, dentro do menor valor exequível, o que foi feito.

Por seu turno, inexistiu prejuízo de natureza privada em relação à quaisquer dos concorrentes e especialmente em relação à autora/recorrente, eis que todos tiveram ampla oportunidade de oferecer lances mais baixos, em iguais condições, porém, assim não o fizeram, buscando invalidar o certame apenas em razão de critérios formalistas e que não importaram em prejuízo direto ou indireto à administração ou aos demais concorrentes.

**DA SOLICITAÇÃO**

Dado o julgamento exato que foi deferido por essa nobre Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossas contrarrazões, solicitamos que essa Administração considere como indeferido o recurso da empresa ARAÚNA COMÉRCIO LTDA .

Não obstante, requer-se, também, que seja indeferido o pleito da recorrente no que tange à desclassificação da recorrida GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SANTISTA LTDA, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio do diploma editalício.

E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que interpomos estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, por ser de plena justiça.

Nestes Termos,  
Pede deferimento.

ARGEU EDGAR LEITE  
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SANTISTA LTDA

**Fechar**